

## Balcãs: conflitos adormecidos mantêm Europa em alerta

AS ARMAS CALARAM-SE HÁ QUINZE ANOS na Krajina e na Bósnia-Herzegovina e há dez no Kosovo e na Macedónia. O conflito do Kosovo parece congelado numa independência ainda muito contestada, mas que se apaga pouco a pouco nas prioridades da diplomacia internacional. E a promessa de uma integração na União Europeia impõe-se para já às agendas nacionalistas nos Balcãs.

Estrategicamente situada na confluência das vias terrestres entre a Europa, o Médio Oriente e o Sudeste Asiático, palco tradicional de disputa entre as grandes potências, os Balcãs caminham hoje para um enquadramento geopolítico que promete estabilidade à região.

A Grécia, a Albânia, a Croácia, a Roménia e a Eslovénia (e a Bulgária) são membros da NATO. Gregos, eslovenos, cipriotas, romenos e búlgaros integram hoje o clube europeu. A Croácia tem já um lugar prometido e a Sérvia, a Bósnia-Herzegovina, e o Montenegro fizeram da Europa uma meta prioritária.

Ainda assim, os Balcãs continuam em alerta. Um alto responsável dos serviços de *intelligence* norte-americano não hesitava em classificar recentemente os Balcãs como “a maior ameaça à estabilidade europeia”, apontando o Kosovo e a Bósnia como potenciais pontos de explosão na região.

A intervenção militar e política dos EUA, da NATO e de outras instâncias internacionais pôs termo, para já, aos conflitos dos anos 1990, mas a situação na Bósnia ou do Kosovo parece longe de estabilizada. As feridas da guerra, os massacres de Srebrenica, o drama dos refugiados, e situações virtualmente irreversíveis como as grandes operações de limpeza étnica na Krajina, no Kosovo ou em várias regiões da Bósnia continuam a ensombrar as memórias e a impedir uma reconciliação na região.

Chamado a pronunciar-se sobre a legalidade da independência do Kosovo, o Tribunal Internacional de Justiça (ICJ na sigla inglesa) concluiu, a 22 de Julho de 2010, que a declaração de independência do Kosovo de 17 de Fevereiro de 2008 não violou a lei internacional geral. Os juízes da Haia emitiram um veredicto prudente, evitando pronunciar-se directamente sobre o estatuto legal do Kosovo

como Estado e sugerindo que a legitimidade da independência será fundamentalmente conferida pelos países que a reconhecerem. Após semanas de negociações e intensa actividade de bastidores, a Sérvia desistiu de reclamar uma condenação da independência do Kosovo à Assembleia Geral da ONU e aceitou iniciar negociações com a liderança albanesa de Pristina em troca de promessas de uma maior abertura de Bruxelas.

O parlamento de Pristina proclamou a independência do Kosovo a 17 de Fevereiro de 2008 e aprovou quatro meses mais tarde uma Constituição que transferiu o poder para o governo após nove anos de administração da ONU e da NATO. O Kosovo emitiu passaportes e estabeleceu as primeiras embaixadas.

O novo Estado continua porém sob uma tutela internacional que os dirigentes albaneses toleram com crescente impaciência. Uma missão da União Europeia, a EULEX, assume desde o final de 2008 a missão de velar pela lei e a ordem e de apoiar as jovens instituições kosovares no quadro de um plano de “independência supervisionada”. A segurança do Kosovo continua a cargo de uma força da NATO reduzida desde 2010 a 2000 homens.

A independência do Kosovo continua porém a suscitar resistências. Setenta países reconheceram o novo Estado, entre eles os EUA e a Turquia e 20 dos 27 países europeus, incluindo Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália.

A Rússia tem jogado no receio de que o Kosovo poderá abrir uma caixa de Pandora e encorajar separatismos. Outros países receiam que a independência do Kosovo possa constituir um precedente e encorajar projectos secessionistas e aspirações autonomistas de grupos minoritários – casos da China e de cinco países europeus: Chipre, Roménia, Eslováquia, Espanha e Grécia.

### Tensões persistentes

Mas é ainda a questão da população sérvia, transformada agora numa minoria, que cautiona o futuro do Kosovo. A população de dois milhões de habitantes do Kosovo inclui cerca de 120 mil sérvios. Cerca de 70 mil estão concentrados na zona a norte do rio Ibar,

adjacente à Sérvia. Os restantes 50 mil vivem em enclaves dispersos a sul do rio Ibar sob protecção da NATO.

Na prática verifica-se já uma partilha de facto entre as áreas de maioria albanesa e sérvia. A cidade de Kosovska Mitrovica, a norte, está dividida pelas águas do rio Ibar entre um Norte sérvio e um Sul albanês. Os sérvios de Mitrovica estabeleceram a sua própria Assembleia em Mitrovica em Junho de 2008.

Nos meses mais recentes, Pristina intensificou os esforços para impor a sua autoridade a todo o território kosovar. O governo de Hashim Thaçi anunciou a 18 de Agosto que os membros do governo de Belgrado estavam doravante proibidos de entrar na província a não ser a título estritamente privado, ameaçando que seriam “detidos e expulsos”. E dias depois o ministro do Interior de Pristina, Bajram Redzeqi, ameaçou usar a força caso as áreas sérvias a norte do Kosovo ousassem a secessão.

“ [...] a não serem travadas, as actuais tendências para a fragmentação levarão provavelmente ao recomeço da violência. ”

A interdição do território aos responsáveis sérvios surge como um desafio directo a Belgrado, mas coloca igualmente a missão europeia no Kosovo numa posição delicada. Pristina reclama o apoio directo da EULEX na execução da medida, pondo em causa a neutralidade da missão.

As relações entre a EULEX e Pristina têm, de resto, vindo a deteriorar-se. A liderança albanesa tende a ver a missão como um obstáculo à pretensão de Pristina de exercer soberania sobre todo o território e aprecia pouco os esforços da EULEX para investigar a corrupção e as redes da criminalidade no Kosovo, bem como as suspeitas de crimes de guerra do UÇK, a guerrilha independentista kosovar. As tentativas de Pristina de impor a sua autoridade aos enclaves sérvios têm deparado com forte resistência, que resulta muitas vezes em confrontos violentos. Ao longo dos últimos anos, a cidade de Mitrovica foi palco de atentados, explosões misteriosas e confrontos violentos entre sérvios e albaneses, obrigando a sucessivas intervenções da KFOR e da EULEX.

E o enclave sérvio de Gracanica, perto de Pristina, está em pé de guerra depois de o governo de Pristina ter cortado ou destruído, recorrendo à força, as comunicações telefónicas da rede sérvia, deixando as dezenas de milhares de sérvios que vivem no centro do Kosovo e em enclaves a sul sem contactos telefónicos.

A almejada reconciliação parece ainda uma meta longínqua. Segundo o UNHCR, 631 sérvios arriscaram o regresso ao Kosovo em 2009, mas os protestos e manifestações de hostilidade dos albaneses impuseram uma interrupção do processo.

À instabilidade política e aos problemas étnicos junta-se uma situação social explosiva. O desemprego atinge oficialmente cerca de 60 por cento da população activa e a cada ano 40 mil jovens concluem os estudos sem qualquer perspectiva de emprego.

A instabilidade no Kosovo pode, por outro lado, contagiar áreas vizinhas de maioria albanesa e redespertar conflitos e agendas nacionalistas congeladas.

O veredicto do ICJ trouxe de novo à primeira linha a questão do vale de Presevo, zona de forte população albanesa no sul da Sérvia contígua ao Kosovo, e que está ainda a recuperar dos confrontos armados entre as forças de segurança de Belgrado e rebeldes albaneses próximos do UÇK entre 2000 e 2001.

A mediação da NATO permitiu acalmar a situação, mas as tensões nunca desapareceram. Em Julho de 2009, a região foi de novo agitada por uma série de ataques à granada contra patrulhas da polícia sérvia e atentados bombistas.

A agitação voltou igualmente ao Sandzak, enclave de maioria bósnica (eslavos islamizados) entre a Sérvia e o Montenegro. No início de Setembro de 2010 cerca de 1500 manifestantes envolveram-se em violentos confrontos com a polícia sérvia em Novi Pazar. O Conselho Nacional bósnico exige a retirada imediata das forças da polícia e a Comunidade Islâmica da Sérvia joga ainda na internacionalização da questão, exigindo a presença de observadores internacionais no enclave e apelando à responsável pela política externa e de segurança da UE, Catherine Ashton.

### O fracasso de Dayton

Apontada como caso exemplar de uma reconstrução pós-conflito bem sucedida, num processo em que a comunidade internacional

## UM TESTE À CREDIBILIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

Os responsáveis europeus têm repetido a cada ocasião o seu empenho na integração dos Balcãs ocidentais na UE como garante da estabilidade na área, e objectivo estratégico da própria Europa.

Olli Rehn, o então comissário para o alargamento, declarou que 2009 seria o “ano dos Balcãs ocidentais”. O efeito conjugado da crise financeira, do lançamento problemático do Tratado de Lisboa e de outros contratemplos não tardariam a desmenti-lo. O processo de alargamento europeu aos Balcãs marca passo desde o início de 2009 e parece hoje virtualmente congelado.

O *dossier* croata esteve suspenso de um veto esloveno por causa de uma disputa territorial na Istria, na costa do Adriático, mas as duas partes chegariam no final de 2009 a um compromisso sobre o traçado da fronteira. As negociações com Zagreb avançam a bom ritmo e a adesão deverá estar consumada em 2012-13.

O presidente Boris Tadic elegeu a integração europeia da Sérvia como objectivo estratégico número um do país. A Holanda e outros países exigiam a Belgrado como condição prévia a detenção do general Ratko Mladic, ex-chefe militar dos sérvios da Bósnia. A aparente disponibilidade de Belgrado para encetar o diálogo com a liderança albanesa de Pristina promete levantar outro obstáculo importante. O processo anuncia-se porém longo e complexo. A Bósnia-Herzégovina assinou o Acordo de Estabilização e Associação com a UE em Junho de 2008, mas as reformas exigidas por Bruxelas continuam reféns dos diferendos entre muçulmanos, croatas e sérvios e o processo sofreu um recuo notório. No caso da Macedónia, a querela com a Grécia em torno do nome “Macedónia” continua a bloquear o avanço do processo.

O Montenegro apresentou a sua candidatura em Dezembro de 2008, mas o processo mal arrancou. A Albânia decidiu não avançar para já com a sua candidatura e a integração do Kosovo parece um objectivo longínquo.

As persistentes divisões balcánicas agravam as dificuldades. A Conferência União Europeia-Balcãs, de Junho de 2010, em Sarajevo, esteve à beira da ruptura por causa das divergências quanto ao estatuto dos delegados do Kosovo.

A perspectiva europeia terá servido de apaziguadora das tensões na Bósnia ou na Macedónia. Mas o adiar das expectativas arrisca-se a comprometer esse efeito. E um fracasso dessa aposta estratégica da UE não deixará de constituir um sério rombo na credibilidade da Política Externa e de Segurança Comum.

investiu meios sem precedentes nos últimos 15 anos, a Bósnia-Herzegovina, palco de um conflito sangrento que chocou a Europa entre 1992 e 1995, vive de novo dias críticos.

Longe de se dissolverem na almejada democratização, as agendas nacionalistas dos ex-belligerantes acentuam-se. Os sérvios da Bósnia ameaçam levar a cabo um referendo sobre a independência, os croatas aspiram a separar-se do casamento forçado com os muçulmanos e a criar uma entidade separada, a maioria muçulmana da Bósnia procura chamar a si o controlo das instâncias centrais.

O processo de Dayton parece à beira do fracasso, e os mais pessimistas vaticinam que a antiga república jugoslava se arrisca a mergulhar de novo no caos ou mesmo na violência étnica.

Desde o fim da guerra intercomunitária de 1992-1995, a Bósnia reúne uma entidade sérvia, a *Republika Srpska*, e a Federação croato-muçulmana. As decisões importantes têm que ser validadas pelos representantes das três comunidades.

Em Fevereiro de 2007 o Peace Implementation Council (PIC), o corpo internacional que conduz o processo de paz, decidiu que o Gabinete do Alto Representante (OHR) deveria ser encerrado em Junho de 2008 para dar lugar a um representante da EU com poderes reforçados. A ideia era fundir os processos de paz e de alargamento europeu.

Mas o beco sem saída político e as reformas

paralisadas impuseram um adiamento da decisão, e em Dezembro de 2009 o mandato do OHR seria de novo prolongado.

Miroslav Dodik, o líder da Republika Srpska (RS), ameaçou convocar um referendo para a Primavera de 2010 sobre as decisões do alto representante e o próprio processo de Dayton.

Dodik acabaria por moderar a sua retórica, insistindo a cada passo que a Bósnia-Herzegovina “não tem qualquer futuro”, mas reconhecendo ao mesmo tempo que um referendo sobre a independência da RS seria aventureiro no momento. A ameaça chegaria, ainda assim, para provocar a maior crise política na Bósnia desde o conflito de 1992-95.

As eleições de 3 de Outubro de 2010 limitaram-se a confirmar este panorama. A campanha foi uma vez mais dominada pelas agendas nacionalistas. E nem a excepção dos social-democratas de Zlatko Lagumdžija, os únicos que fizeram uma campanha centrada nas questões económicas e sociais, ou a eleição do moderado Bakir Izetbegovic, do Partido da Acção Democrática como representante muçulmano na presidência colectiva chegaram para ultrapassar os bloqueios políticos e institucionais de que a Bósnia se vê refém.

O impasse político é por outro lado agravado por uma profunda crise social e económica que deverá marcar as eleições de Outubro e o futuro político imediato. A economia bósnia voltou a recuar 3,4 por cento no último

ano, o desemprego real anda pelos 50 por cento da população, os jovens diplomados só pensam em sair do país, cerca de 25 por cento da população vive na pobreza. Segundo os analistas, os políticos locais arriscam-se a perder o controlo da população e a Bósnia a mergulhar numa radicalização política de consequências imprevisíveis.

Num artigo publicado na edição de Setembro de 2009, a *Foreign Affairs* alertava para que as divisões étnicas persistentes, a corrupção generalizada e o impasse político colocaram a Bósnia-Herzegovina “à beira do colapso” e, a não serem travadas, as actuais tendências para a fragmentação levarão provavelmente ao recomeço da violência.

### A questão albanesa

Colocada à beira da guerra civil pelo contágio do Kosovo e pela insurreição albanesa da Primavera de 2001, e depois alvo de uma forte intervenção política e militar internacional, a Macedónia tem sido apontada com um caso de sucesso na gestão dos conflitos balcánicos. Ainda assim, um velho conflito que opõe Skopje e Atenas em torno do nome “Macedónia” persiste como um factor de instabilidade e impede a almejada integração da antiga república jugoslava nas instituições ocidentais. Atenas considera que o termo “Macedónia” é parte do património helénico e só se pode aplicar à região com o mesmo nome no Norte

da Grécia. O nome de “República da Macedónia” adoptado pela ex-república jugoslava constitui por isso uma usurpação. A mediação da ONU e diversas fórmulas de compromisso ensaiadas (“Macedónia do Norte”, “Macedónia do Vardar”, entre outras) não lograram ainda quebrar o irredentismo das duas partes. A querela levou já Atenas a vetar a candidatura da Macedónia à NATO em Abril de 2008 e ameaça bloquear o processo de adesão da antiga república jugoslava à União Europeia. Skopje respondeu dando o nome de “Alexandre o Grande ao aeroporto de Skopje” – iniciativa que irritou ainda mais os gregos, que viram nele a confirmação das intenções de Skopje de usurpar o património histórico heleno.

A iniciativa inscreve-se aliás numa verdadeira campanha lançada pelas autoridades de Skopje para fundamentar uma identidade macedónia com raízes directas na Antiguidade. O governo de Nikola Gruevski mobilizou historiadores e arqueólogos e mandou publicar uma nova edição da *História do Povo Macedónio* sustentando a tese de que a origem da população macedónia seria não eslava, mas da Macedónia da era da Antiguidade.

A Macedónia foi palco de uma insurreição armada de movimentos e guerrilhas independentistas albaneses ligados ao UÇK kosovar na parte ocidental do país, entre Março e Junho de 2001, e as áreas de Tetovo e Gostivar viveram uma virtual secessão. A mediação internacional e a intervenção de uma força da NATO levaram a um cessar-fogo e aos acordos de Ohrid de 13 Agosto de 2001.

As tensões interétnicas nem por isso desapareceram e o regresso da violência é uma possibilidade real. O ano de 2009 foi marcado por diversos episódios de violência entre macedónios e albaneses.

Em Abril de 2010 foi descoberto um esconderijo de armas e uniformes perto da fronteira com o Kosovo. E em Maio a polícia macedónia matou quatro activistas que envergavam o uniforme do UÇK e capturou armamento diverso.

Coloca-se enfim a questão pan-albanesa. Momentaneamente retirados da agenda política pela proclamação da independência do Kosovo e pelo acordo de Ohrid, figuras políticas de Pristina, de Tetovo ou de Tirana mantêm em reserva o projecto de reunirem à Albânia os albaneses do Kosovo, Macedónia, vale de Presevo e do Montenegro. ■